

CAMPUS



Inclusão distrital

Projetos em diferentes cidades-satélites, como o Riacho Fundo (foto), usam música, literatura, artesanato e outras formas de arte para melhorar a vida de crianças carentes, idosos, alunos do ensino especial e pessoas com transtornos psiquiátricos

Um tambor, dois acordes e um sonho de criança

Projetos na Candangolândia ensinam alunos carentes a tocarem instrumentos e usarem a música para inserção social

Por Ana Clara Alves, Isabella Machado e Luiz Oliveira

Com o desejo de tornar a música acessível a todos, Adilson Cardoso e Eley Afonso, nomes conhecidos na Candangolândia, deram início a dois projetos sociais: Candanga Musical e Aulas de Percussão. Os projetos atendem crianças carentes, aquelas para as quais pegar em um tambor ou tocar dois acordes era apenas um sonho. Adilson Cardoso, 57 anos, servidor público da Secretaria de Educação, é o criador do projeto Aulas de Percussão. Sua história com a música começou quando era mais novo e participava de ensaios da Escola de Samba Candangos dos Bandeirantes. Foi ali que teve a ideia de ensinar crianças a tocarem percussão. Ele conta que se perguntava o que poderia fazer para devolver à comunidade o que aprendeu ao observar os ensaios da escola. Então, criou há quatro anos o projeto totalmente gratuito para crianças a partir de 10 anos.

Atualmente, o projeto é realizado com ajuda de professores voluntários e conta com 16 alunos. As aulas acontecem todas as terças e quintas, às 19 horas, no Ponto de Encontro Comunitário da Candangolândia. “No projeto nós temos apenas o apoio da Administração Regional, que nos cede o espaço para as aulas. Todo o resto eu tenho que me virar”, conta Cardoso. Ele recebeu um pequeno apoio do Ministério Público, que doou alguns instrumentos, mas precisa se virar para reparos e manutenção. A recompensa de todo esforço vem aos poucos. As crianças não querem nem férias. E, como forma de retribuição para a sociedade, fizeram a primeira apresentação em 2014 na Torre de TV, no Plano Piloto.

O triunfo da insistência

Eley Afonso Azevedo, 35 anos, funcionário público da Administração de Candangolândia, é o criador do projeto Candanga Musical. Levy, como é conhecido, foi apresentado a Lucidema Santana e Ana Barros, ambas do Conselho Tutelar, em um evento da cidade. Santana o viu tocar, o que chamou sua atenção, e no final do evento falou com ele sobre a vontade de começar um projeto com crianças. “Ela não parava de me ligar. Pensei; ‘tereí que aceitar, essa moça não vai sair do meu pé’”, lembra o músico.

Em poucas semanas, Levy começou a dar aulas de violão. Sua primeira aluna foi a filha da própria Lucidema Santana, há cinco anos. Depois, alguns moradores souberam do projeto e começaram a procurar Levy.

O primeiro empecilho foi a falta de instrumento. Para arrecadar dinheiro, Levy promoveu um jantar para a comunidade e conseguiu comprar oito violões. Com um segundo jantar,



O “tio Levy”, como é chamado por crianças, criou o projeto Candanga Musical

comprou três teclados. Após diversas tentativas, conseguiu apoio do Ministério Público, por meio do projeto Juventude em Foco, que destina verbas para beneficiar projetos sociais. Foi assim que o Candanga Musical ganhou um carron, quatro escaletas e mais quatro violões.

O projeto tem atualmente 60 alunos e recebe crianças a partir de 10 anos. As aulas acontecem na Uniser (Universidade do Envelhecer), ao lado da Administração Regional, todas as segundas-feiras, a partir das 19 horas. O grupo já se apresentou no Sarau do Chatô, evento realizado pela Fundação Assis

Chateubriand, com patrocínio da Petrobras.

Sempre houve retorno da comunidade e, principalmente, das crianças. Laurisvânia Rodrigues, moradora da Candangolândia, é mãe de um aluno que participa há três anos do Candanga Musical e conta que ele já aprendeu violão, carron e teclado. “Eu agradeço ao projeto, pois está tirando os adolescentes do mundo das drogas”, diz. Sofia Mendes, de 9 anos, conta que em casa não havia planos de ela frequentar aulas de algum instrumento e que o projeto “do tio Levy” proporcionou o contato com o que ela mais gostava: a música.

Um crime, um tratamento e um a

No Riacho Fundo, Instituto de Saúde Mental usa artesanato para reinserção social de condenados c

Por Ana Paula Monteiro, Jamile Vasconcelos e Lara Kinue

A ressocialização de indivíduos em conflito com a lei é um assunto complexo, sobretudo quando o crime foi cometido por alguém que possui algum tipo de transtorno psiquiátrico. Essas pessoas são afastadas da sociedade, levadas para tratamento e, depois, precisam passar por um processo de reinserção social. É aí que entram o Instituto de Saúde Mental (ISM) e o artesanato.

Localizado no Riacho Fundo, o ISM faz parte da Rede de Atenção Psicossocial do Distrito Federal e trabalha com base nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). O instituto tem como responsabilidade acolher pessoas que tenham transtornos psiquiátricos graves e que necessitem de terapia e acompanhamento intensivos. Dentre essas pessoas, há os indivíduos em conflito com a lei, que por possuírem certos transtornos - como esquizofrenia, psicose e paranoia - necessitam de auxílio para se reinserir na sociedade.

No sistema penal brasileiro, o indivíduo portador de transtorno mental grave que comete um ato delitivo é considerado imputável ou semi-imputável, ou seja, não fica sujeito à pena, mas sim a uma medida de segurança. No DF, esses indivíduos são primeiramente encaminhados para a Ala de Terapia Psiquiátrica (ATP), localizada na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), no Gama, onde permanecem pelo tempo que for determinado pela Justiça. Após esse período, são levados para o ISM e passam a morar na Casa de Passagem do instituto, local

destinado ao processo de ressocialização.

O enfermeiro Fábio Nunes, 51 anos, afirma que uma das maiores dificuldades enfrentadas por esses indivíduos é a rejeição familiar. “A família normalmente não quer saber do paciente devido ao ato criminoso que ele cometeu”, diz. Por causa disso, muitos desses pacientes permanecem no instituto por não ter para onde ir. “Tem paciente que já tem mais de 10 anos aqui, morando na Casa de Passagem”, complementa.

Para que o processo de ressocialização seja eficaz, é necessário que a família esteja presente e acompanhe todos os passos do paciente dentro do instituto. Segundo Nunes, na maioria dos casos o transtorno mental surge de algum conflito que foi gerado dentro do ambiente familiar, de forma que, para haver de fato a reinserção do indivíduo na sociedade, é preciso que esse conflito seja resolvido. Entretanto, o receio e o medo impedem que a família acompanhe o tratamento do paciente e, conseqüentemente, o aceite de volta em casa.

O trabalho da enfermagem no ISM consiste em tentar trazer esses indivíduos para a realidade e tirá-los do contexto de crise, dor e sofrimento que possivelmente causou o transtorno. “Essa ressocialização é para que ele possa conviver novamente como pessoa. A gente sabe que há um transtorno mental que está instalado ali, que não tem cura, mas



tem tratamento”, continua o enfermeiro.

As atividades realizadas no ISM são abertas a todos os pacientes, apesar de existir alguns atendimentos mais específicos e individuais, devido às particularidades de cada transtorno. São realizadas atividades de dança, desenho, teatro e celebrações de datas comemorativas como festa junina, Natal e Ano Novo. “Muitas vezes os familiares comparecem a esses



Depois de passarem por uma Ala de Terapia Psiquiátrica, pessoas que cometem crimes graves vão para a Casa de Passagem do ISM

azulejo

os com transtornos psiquiátricos

Fotos: Lara Kinue



Funcionários do ISM dizem que maior dificuldade é o abandono dos internos por suas famílias, que precisariam acompanhar o tratamento

eventos, dão um presente para o paciente e vão embora”, destaca Fábio Nunes.

Cássia Maria da Silva, 40 anos, é técnica em enfermagem e atua no instituto como terapeuta comunitária há 12 anos. Ela é coordenadora do Caco (Centro de Arte Coletiva), projeto de ressocialização por meio do artesanato, realizado no ISM.

Silva lembra que, no início do projeto, em 2006, só se fazia mosaico, por isso o projeto levava o nome dessa técnica. Em 2015, a iniciativa deixou de ser Projeto Mosaico e passou a ser Caco, passando a incluir outras formas artísticas, como o desenho, por exemplo. “O Caco abre esse espaço para que a pessoa consiga se identificar e usar aquilo que ela sabe para ela e, quem sabe, para o outro. Aquilo que eu sei, posso ensinar pro outro”, diz a terapeuta. É o caso de D., paciente que, segundo Cássia, chegou à Casa de Passagem sem querer sair do quarto nem para ir à padaria. Hoje, D. descobriu-se como desenhista e está totalmente sociável. O **Campus** não conversou com pacientes porque os médicos consideraram que havia possibilidade de isso prejudicar o tratamento dos internos.

Metade do valor de cada peça do Caco vendida é destinada para a compra de novos materiais. A outra metade é lucro dos artesãos. Os primeiros materiais para eram trazidos pelos próprios pacientes ou pelos funcionários. Alguns, como madeira e pedaços de azulejo, eram retirados do lixo. Cássia Silva vê um simbolismo nisso: “O mosaico é como a história da saúde mental: a exclusão que leva à inclusão.”



O Centro de Arte Coletiva (Caco) começou como Projeto Mosaico e depois mudou de nome ao incorporar outras formas de arte

Cascalho, telhas novas e idosos

Centro de Convivência no Guará foi reaberto depois de interdição para reforma. Bailes e bingos criam espaço para socialização

Por André Araújo e Camila Menezes

Foto: Agência Brasília



O CCI ficou fechado por 20 dias, mas voltou a funcionar no final de abril, com festa que atraiu a comunidade

Depois de quase um mês de interdição para reformas, o Centro de Convivência do Idoso (CCI) do Guará foi reaberto com festa no final de abril. Com isso, foi retomado o trabalho de socialização e acolhimento de idosos que se ressentiam da falta da instituição. “Acho o CCI muito importante porque sem ele a gente só ia ficar em casa sentado na frente da televisão”, diz Antônio Rafael, de 84 anos, que há quatro anos frequenta o local.

Maria Socorro Rodrigues, presidente da associação dos idosos do Guará, ressalta que a importância do lugar vai muito além do espaço onde as pessoas se reúnem. “Pessoas com carência e depressão que começam a frequentar os bailes e bingos melhoram, pois todo o trabalho que é feito aqui é feito com amor”, afirma. “As nossas reuniões e conversas são terapêuticas, a aura do lugar é muito boa.”

É por conta disso que Maria Vilma leva a mãe, Maria de Lourdes, de 84 anos, com frequência ao CCI. Vilma conta que a saúde da octogenária melhorou muito nos últimos seis meses, desde que ela começou a participar das atividades da instituição. “Minha mãezinha gosta mesmo é de dançar”, diz Vilma. “Ela sofre de algumas doenças, inclusive demência, e não se lembra de nada, mas sempre que ela me vê chegando à casa dela já fala ‘a gente está indo dançar né?’, e isso me deixa muito feliz.”

O CCI foi fundado em 1991, no governo de Joaquim Roriz, com o objetivo de permitir a socialização, fortalecer a autonomia, elevar a autoestima e combater o isolamento social de idosos. De acordo com censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 12.458 idosos no Guará.

As nossas reuniões e conversas são terapêuticas, a aura do lugar é muito boa.

A reforma no CCI durou 20 dias, foi solicitada por meio de um ofício contendo assinaturas de líderes comunitários da satélite e pedia a reparação do telhado, já castigado com goteiras, e da fiação elétrica. Foi colocado cascalho no estacionamento, e houve troca das telhas, mas alguns frequentadores não ficaram satisfeitos. Para Francisco Gomes, de 65 anos, as melhorias não passaram de uma “maquiagem” na instituição. “Só pintaram as paredes, mas até as lâmpadas do local fomos nós que compramos”, reclama o idoso.

Célia Caixeta, jornalista e funcionária da Câ-

mara Legislativa do Distrito Federal, integrou a primeira assessoria do idoso do GDF, em 1991, e hoje defende os interesses do grupo. Ela acha que as melhorias foram um artifício político para apaziguar a inquietação dos idosos mediante a possibilidade de eles perderem o CCI. “Nós estamos preocupados com eles, pois o medo dos idosos é que essa reforma tenha sido apenas uma desculpa para tirá-los daqui”, afirma Caixeta.

A preocupação dos idosos do Guará teve início em 2016, ano em que o GDF lançou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) que convidava empresas a apresentarem projetos para administrar o Centro Administrativo Vivencial e Esportivo (Cave), onde o CCI está localizado. A ideia era fazer uma Parceria Público-Privada (PPP), com previsão de obras e prestação de serviços.

De acordo com Allan Aguiar, coordenador-geral da Administração Regional do Guará, a parceria do Cave encontra-se no final da primeira de três etapas, na qual uma empresa é selecionada e recebe o direito de administrar o local. Aguiar afirma que não existe motivo para preocupação, pois quando o Cave começar a ser administrado por uma empresa o CCI simplesmente vai passar a se localizar no prédio onde se localizava a antiga Casa da Cultura do Guará.

Fazer tapete, andar e escrever

Centro de Ensino em Ceilândia, especializado em educação especial, atende crianças e adultos do DF e do Entorno. Artesanato e literatura fazem parte das atividades.

Por **Felipe Alves e Fernanda Soares**

Ana Flávia Rodrigues, 41, sai de Águas Lindas (GO) em direção a Ceilândia Norte todas as manhãs de segunda e quarta-feira com a filha Mariana, de dois anos. A aula que a menina frequenta começa às 7h30. As crianças entram nas salas do Centro de Ensino Especial 02, e as mães aguardam do lado de fora por pouco mais de duas horas, tempo que usam para colocar a conversa em dia. A escola é uma das 12 dedicadas ao ensino especial no Distrito Federal e atrai outras famílias da cidade goiana, com atividades que incluem literatura e artesanato.

O trabalho é tão importante que houve um acerto entre a prefeitura de Águas Lindas e o Centro de Ensino para garantia do transporte para as crianças. O traslado é menos custoso para a administração municipal do que a abertura de um estabelecimento parecido para chamar de seu. Em dezembro, a escola completa 20 anos e foi, desde o início, projetada para o ensino especial. Isso a difere de outras escolas que tiveram uma estrutura para ensino regular readaptada para o ensino especial.

O vice-diretor Itamar Pereira, de 38 anos, entrou para a equipe do Centro de Ensino em 2000, pouco tempo depois da fundação, e viu o projeto crescer. “Tinha só uma árvore plantada. Todas essas árvores que estão aí, crescidas, foram plantadas por nós.” Hoje há 488 alunos, metade deles são da Educação Precoce, de 0 a 3 anos e 11 meses, e do atendimento complementar, como Mariana. O restante tem de 4 até 58 anos e frequenta outras modalidades de turmas, como as de TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), DU (Deficiência Múltipla), DI (Deficiência Intelectual) e oficinas pedagógicas, em que os alunos de idade mais avançada são apresentados a atividades diversas como fabricar tapetes e reciclar papel.

Nas oficinas, a aluna Diane Silva, de 42 anos, aprendeu artesanato e a lidar com situações do dia a dia, como contar o troco, fazer compras e a utilizar o transporte público. Ela é de uma família de cinco irmãos e foi para o centro depois de estudar em uma escola regular, onde tinha feito muitas amizades. Hábito que parece não ter abandonado dentro do novo ambiente.

“A professora só ensina coisas bonitas.”

“Tenho muitos amigos. Tem o Alberto, o Léo, o Derek. Estamos todos estes anos juntos, eles são mais novos do que eu”, conta. Apesar de ter passado pelo ensino regular, Diane só aprendeu a ler e a escrever no ensino especial: “A professora só ensina coisas bonitas.”

No dia 25 de março, ocorreu na escola o VIII Chá Literário. O projeto é um entre vários realizados no CEE 02 e é uma oportunidade de socialização dos alunos. No pátio do Centro de Ensino, a escritora Iris Borges fez leituras de textos. “Qualquer coisinha que tem ali é uma novidade, é uma festa para eles”, observa Ana Flávia.



O professor Wilson Almeida cuida de Alice na piscina do Centro de Ensino

Outra ocasião importante no calendário escolar do CEE 02 é o Festival Recreativo Especial de Ceilândia (Frec), realizado todo ano no início de outubro. Ele reúne outras escolas de ensino especial e dura uma semana. A abertura ocorre no Sesc de Ceilândia; há um dia de “intercâmbio” na Universidade Católica, com direito a tirolesa; e um dia com atividades aquáticas e lanche coletivo. Envolvendo toda a comunidade escolar — pais, mães, responsáveis, irmãos —, os shows e apresentações são feitos pelos próprios alunos e todos participam dos jogos. “A ideia principal do Frec é a inclusão, a participação, uma premiação sem distinção, na qual todo mundo ganha”, diz o professor da escola Wilson Francisco de Almeida, de 50 anos.

Apesar do clima festivo, não é tão fácil manter as engrenagens sempre funcionando. Os docentes procuram organizar eventos de arrecadação dos recursos necessários para a manutenção da escola, como bingos, rifas e galinhadas. Também conseguem parcerias na comunidade local, diretamente com o posto de saúde, dentistas, psicólogos, a Universidade Católica, o Iesb e a Universidade de Brasília. Professor de contrato temporário e pai de uma criança deficiente, Felipe Castro argumenta: “Seria importante que

os políticos investissem mais em outros centros, porque Ceilândia é muito grande. Se você olhar as estatísticas de moradores que nascem com alguma deficiência ou que de alguma forma precisam desse ensino especial verá que são poucas as escolas, são poucos os professores.”

No ano passado, 70 alunos da educação precoce foram encaminhados ao ensino regular. Para este ano, a previsão é de 60 a 64 crianças. Professores concordam que maiores investimentos podem potencializar trabalhos como o realizado no CEE 02, muito importantes para os indivíduos com deficiência e suas famílias. “Já teve aqui uma criança com perda de massa encefálica, que teve problemas durante o parto. O médico falou que ela nunca iria andar. Eu fiz um trabalho com ela na piscina, na grama do parque, e ela andou depois de três anos. Do jeito dela, mas andou”, lembra Wilson Almeida.

A equipe e a escola não conseguem atender a todos que precisam, e a lista de espera para as crianças de 0 a 4 anos é extensa. O atendimento complementar, porém, ainda tem vagas: os alunos que estudam no ensino regular podem fazer as atividades de educação física, artes, informática e educação ambiental duas vezes por semana.

Um condomínio, só três casas e muita preservação

Moradores que viviam em área ao lado do Paranoá antes da construção de central hidrelétrica convivem com vegetação nativa e animais do cerrado

Por Gabriel Ponte, Marcelo Cardoso e Marisa Wanzeller

Foto: Gabriel Ponte

Formado pelas águas represadas do Rio Paranoá, o Lago Paranoá abraça a cidade de Brasília da região norte à região sul. Construído com o objetivo de aumentar a umidade, o lago abarca, desde 1962, a barragem de cerca de 630 metros de extensão, cercada por uma área de preservação ambiental onde está localizada uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), responsável por levar energia a 2,5% da população do Distrito Federal. Ali, porém, três chácaras construídas ainda antes da inauguração da cidade convivem com a vegetação nativa e os animais típicos do cerrado.

A área é de responsabilidade da Companhia Energética de Brasília (CEB). Por isso, 24 horas por dia, dois porteiros de uma empresa terceirizada contratada pela companhia se alternam para vigiar e controlar a entrada e saída de pessoas na estrada que dá acesso à central hidrelétrica e às chácaras. Um desses seguranças é Francisco Rafael, que trabalha há mais de dois anos de vigia da área protegida. “Existem moradores residindo aqui, uma área de proteção ambiental”, comenta. Ele, além de ter de garantir a segurança da PCH, trabalha indiretamente para aqueles que moram ali. Os moradores da região identificam o endereço de residência como “Condomínio da CEB”. “São cinco lotes, mas apenas três estão efetivamente ocupados”, afirma. Segundo o porteiro, os moradores da região, que é de risco, já que é próxima à PCH e à barragem, possuem título de propriedade das chácaras desde antes da construção de Brasília. “A CEB já tentou tirar esse povo, mas a Justiça concedeu liminar a eles”, revela.

Um dos três moradores é o marceneiro Valdemir Pereira dos Santos, que reside na região há mais de 20 anos. Ele, que se diz tranquilo por estar com a terra resguardada por uma decisão judicial, conta que donos de lotes na região que compraram a terra e deixaram para construir suas casas depois perderam a oportunidade. “A CEB não deixa mais”, explica. Santos conta que, há alguns anos, a companhia ofereceu uma quantia para tirar os moradores da área de preservação ambiental, mas todos recusaram a oferta. Segundo ele, além de perder a qualidade de vida propiciada pelo convívio direto com a natureza, pesou na decisão o valor considerado baixo da indenização ofertada, de R\$ 1,5 milhão. “Aqui é Lago Sul”, ressalta. Santos tem um tanque para piscicultura, piscina e água corrente, mas conta que nem sempre foi assim. “Antes a gente não tinha isso”, lembra. “Manutenção a gente não podia fazer, não podia ter uma piscina, não podia nada”. Ao ser questionado sobre os perigos de residir próximo à barragem do lago Paranoá e em um parque de preservação ambiental, o marceneiro diz que o único susto foi no fim dos anos 80, quando houve dificuldade para a PCH controlar a água. “Hoje, como o controle é pelo computador, já é mais seguro”. Um rio corre à beira das terras de Santos com água limpa e própria para banho. O chacareiro construiu uma tirolesa e diz que vez ou outra aparecem pessoas para utilizar. Ele, sem medo de invasões e assaltos, opta por não cercar as terras “para não ativar a curiosidade” dos visitantes. “Quanto mais cercado e proibido é, mais eles querem invadir.” Também por segurança, Pereira pediu para que não fossem mostradas fotos de sua chácara.

Do lado de fora da propriedade, o porteiro Francisco Rafael faz rondas constantes, em uma moto da



O acesso à área só é permitido para os donos das três chácaras no local, e vigilância 24 por dia garante segurança

empresa de segurança contratada pela CEB, para checar se não há nenhum invasor. Apesar de ter ao seu alcance o veículo e poder permanecer em uma guarita, ele reclama da estrutura “extremamente precária” de proteção à barragem. “No fim de semana, o consumo de drogas e de bebida alcoólica cresce muito, principalmente à noite, quando apenas um porteiro está vigiando o local”, diz. O vigilante ainda destaca que as barreiras físicas que impedem o acesso à represa são frágeis. “As pessoas não respeitam a área. Nadam aqui, pescam, coisas que são terminantemente proibidas.”

Em nota, a CEB afirmou que mantém por-

teiro 24 horas por dia na entrada da usina justamente para limitar, ao máximo, a entrada e saída de pessoas na área de preservação ambiental. Os três moradores que conseguiram, sob ordem judicial, o direito de residirem no local são os únicos – além dos profissionais que trabalham na usina – que têm acesso livre à área. “A CEB cumpre decisão judicial e permite o acesso de qualquer pessoa que comprove, com documentos pertinentes, ser proprietário de imóvel no local”, informou a CEB. A Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) também foram procurados para comentar o caso, mas não se manifestaram.